

José Almaça Presidente
do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

“Seguros resistiram mais à crise”



Texto **ISABEL VICENTE**
Foto **TIAGO MIRANDA**

A atividade seguradora não escapou à crise mas “tem mostrado uma maior capacidade de resistência à crise por comparação ao sector da banca”, afirma o presidente do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

À conversa com o Expresso, José Almaça explica que “o tipo de gestão a que as seguradoras e fundos de investimento estão sujeitos assim o determina. Há uma maior prudência por se tratar de uma gestão a longo prazo na maioria dos produtos contratados”.

O supervisor dos seguros não esconde que há problemas em quase todos os ramos de atividade, por causa da crise, mas está atento para que as margens de solvência das companhias não sejam afetadas pela pressão em baixa dos preços, sobretudo em áreas cujo negócio está a encolher.

Para o presidente do ISP, a importância do sector é, muitas vezes, secundarizada. E sublinha: “Temos cerca de €70 mil milhões em ativos que são geridos por seguradoras e fundos de pensões. Um montante que representa cerca de 40% do PIB, considerando que este ascende a cerca de €165 mil milhões”.

As companhias de seguros, segundo José Almaça, estão bem capitalizadas e com uma margem de solvência muito acima do exigido. “Só houve duas ou três companhias com necessidades de capital”, num universo de 70, englobando sucursais e 40 de direito português. Faz questão de referir que “o índice de

solvência a setembro de 2012 estava nos 298%, quando em 2011 se situava nos 170%, o que revela uma melhoria significativa, apesar da crise”.

É natural, acrescenta, que no final de 2012 este índice seja ainda melhor, podendo triplicar. O sector reforçou a sua solvência”, diz o presidente do ISP. Para isso contribuiu a gestão mais apertada nos seguros devido ao tipo de negócio — primeiro recebe, depois presta o serviço. “Enquanto o sector bancário andou a financiar empréstimos à habitação a 50 anos com ativos e capitais de curto prazo, os seguros continuaram a gerir as suas carteiras a longo prazo, como sempre fizeram pelo que, quando a torneira do crédito fechou, apertou mais a banca”.

Atento aos preços

José Almaça diz estar atento às margens negativas de vários ramos de atividade e que é importante que os preços não estejam abaixo dos custos. “Monitorizar

as companhias para saber se estão a arriscar mais ou menos e se estão a pisar o risco é um dos trabalhos do ISP”. E dá um exemplo: “no ramo acidentes de trabalho, um dos mais fustigados pela crise, devido à subida dos níveis de desemprego e menor capacidade das empresas, das 18 companhias que têm nas suas carteiras o ramo acidentes de trabalho, 12 têm resultados técnicos negativos, o que é muito”. Ou seja, as companhias têm menos apólices e estão, através do preço, a prejudicar as suas margens e a sua solvabilidade. Nestes casos, “estamos mais atentos, não só à exposição das seguradoras a este risco como à dimensão da sua carteira face ao negócio global”. Porquê? “Para saber se é preciso intervir. Neste caso, estas 12 companhias não correm qualquer risco porque não estão apenas expostas aos acidentes de trabalho. É esta monitorização que fazemos”. Ao contrário dos acidentes de trabalho que estão com resultados técnicos negativos, o ramo automóvel tem registado melhorias, sobretudo devido a um decréscimo da sinistralidade.

A crescer está a área da saúde. A isso não é alheio o facto de as taxas moderadoras terem subido. “O aumento das taxas moderadoras e a longa espera na prestação de alguns serviços de saúde no sector público, têm ditado um maior crescimento nos seguros de saúde”, constata José Almaça, ao mesmo tempo que reconhece que nesta área uma maior massificação poderá conduzir a uma diminuição dos preços. Adianta que “está em marcha um projeto para que no futuro se possam vender seguros

de saúde vitalícios a preços mais acessíveis.

Banca protegida na questão dos PPR

José Almaça não se inibe de dizer que houve alguma proteção à banca na questão dos resgates antecipados dos planos de poupança-reforma (PPR). A lei está a causar polémica e foi criada para pagar prestações vencidas e vincendas de crédito à habitação, podendo os aforradores levantar quantias dos seus PPR sem ter penalizações.

“É importante sublinhar que só em casos excecionais a nova portaria deve ser aplicada”. Isto porque para as seguradoras que gerem a longo prazo as poupanças que os investidores lhes entregam, “pode causar problemas se houver uma corrida aos resgates dos PPR”, afirma José Almaça. “Esta exceção resolve um problema à banca mas temos de estar atentos porque uma corrida aos levantamentos pode obrigar algumas segurado-

ras mais expostas a refazer as suas provisões e contas”. Recordando que em 2011 “houve realmente uma transferência de poupanças em fundos e seguros de capitalização que estavam nos seguros para a banca e o impacto foi forte — um decréscimo de 38% no ramo vida”. Mas em 2012 o decréscimo foi menor, assegura.

Diz que o sector tem gerado emprego ao longo dos anos, mesmo em tempos de crise, onde a sangria é visível em vários sectores, nomeadamente na banca. E que “os cerca de 250 colaboradores do ISP começam a ser poucos, face a novos desafios, como o do novo modelo de Solvência II que está em marcha para entrar em vigor em 2016”. “Temos tido uma sangria de alguns quadros que fogem por causa dos constrangimentos e limitações salariais que temos”.

Quanto aos sacrifícios pedidos aos portugueses, o presidente do ISP diz que “se há sacrifícios devem ser para todos”, referindo que o ISP tem feito os cortes exigidos, porque não tem o estatuto do Banco de Portugal. Do ponto de vista social compreende que o corte das pensões é injusto, mas refere que “muitas pessoas estão a receber pensões sem nunca terem descontado para elas”, mesmo que estas pensões sejam na sua maioria muito baixas. José Almaça tem dificuldade em responder se se podia evitar pedir tantos sacrifícios aos portugueses, mas não tem dúvidas de que “temos um problema social pela frente”. O problema do país é o excesso de despesa, diz. “Cometeram-se erros e agora estamos a pagar”.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.impresa.pt

ACERCA DE

VENDA DOS SEGUROS DA CGD

“É uma imposição da *troika*.

Do ponto de vista do mercado é bom. O sucesso da operação dependerá muito do modelo, se vão ser vendidos em bloco ou por áreas de negócio. Não é a melhor altura mas o que tem de ser tem muita força. Não estou a ver que um grupo português possa concorrer à operação”

CONCENTRAÇÃO

“Temos um mercado muito concentrado, só a CGD tem 25% de quota, mas o mercado funciona”

CAPITAL ESTRANGEIRO E PRIVATIZAÇÕES

“Nunca me preocupei sobre quem era detentor do capital, o que interessa é se gera riqueza e emprego para o país. Na falta de capital nacional, pelo menos que haja investimento. Um dos problemas de Portugal tem sido o decréscimo da formação bruta de capital”

NOVO MODELO DE SUPERVISÃO SOLVÊNCIA II

“Vai exigir maior transparência e uma supervisão mais fina sobre a adequação do capital aos riscos assumidos”

“TEMOS CERCA DE €70 MIL MILHÕES EM ATIVOS SOB GESTÃO. UM MONTANTE QUE REPRESENTA CERCA DE 40% DO PIB”

“APENAS DUAS OU TRÊS SEGURADORAS TIVERAM NECESSIDADE DE SE CAPITALIZAR. O SECTOR REFORÇOU A SUA SOLVÊNCIA”